

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

O Governo notificou um conjunto de rendeiro do Estado português para que deixassem as suas explorações uma vez que se encontravam na situação de reforma. O Grupo Parlamentar do PCP tem conhecimento que esta situação está a acontecer na herdade do Machados em Moura e na Herdade da Fonte dos Cântaros em Beja.

No caso da herdade da Fonte dos Cântaros é uma herdade do Estado português uma vez que o antigo proprietário, no decorrer do processo de Reforma Agrária, foi indemnizado, passando a propriedade da herdade para o Estado português.

Apesar de os titulares do contrato de arrendamento estarem na condição de reforma, o facto de as explorações serem de cariz familiar leva a que as explorações sirvam de modo de vida a pessoas mais novas e em idade ativa, familiares do titular do contrato. É incompreensível que o Governo anuncie tão grande empenhamento na disponibilização de terras do Estado para que agricultores possam trabalhar, assumido até que está a fazer extenso levantamento de prédios para disponibilizar na bolsa de terras (alguns já disponibilizados) e posteriormente, no caso em que essas terras do Estado estão a ser exploradas, em vez que fazer a transmissão da posição contratual do rendeiro para um descendente, conforme permite o Decreto-Lei 158/91, de 26 de abril, alterado pelo Decreto-Lei 60/2001, de 19 de fevereiro, expulsa aqueles rendeiros e promove o abandono da exploração. Esse posicionamento é inconcebível a não ser que o Governo queria atribuir os lotes a outro rendeiro, mas nesse caso é inaceitável.

É lamentável que quando o regadio de Alqueva chega aos prédios explorados por agricultura familiar o Governo tome medidas para os retirar. Parece que para o Governo só o agronegócio pode usufruir das condições criadas pelo investimento público em Alqueva, os pequenos agricultores nunca o poderão fazer.

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Agricultura e do Mar, o seguinte:

1. Que motivos levam o Governo a pretender rescindir os contratos de arrendamento com os rendeiros da Herdade da Fonte dos Cântaros?
2. Quantos rendeiros do Estado subsistem naquela herdade?
3. Por que razão deseja o Governo retirar a exploração a famílias que trabalham aquela terra há

- mais de 30 anos para posteriormente a colocar no mercado de arrendamento?
4. Ou o Governo tem outra intenção para as parcelas que pretende reaver na herdade da Fonte dos Cântaros?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 31 de Outubro de 2014

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)